



3645121



00135.206603/2023-92



**MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**  
**ATA 314ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONANDA MAIO**  
**DATA: 16 E 17/05/2023**

Nos dias dezesseis e dezessete do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Ana Paula Crossara, Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no Setor Comercial Sul Quadra 9, Torre A, 8º andar, Asa Sul, Brasília – DF, foi realizada a Tricentésima Décima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA e Solenidade de Posse dos novos representantes que comporão o CONANDA no biênio 2023-2024. **No dia 16/05/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Cláudia Cifali (Instituto Alana); Anna Carolina Venturini (Ministério da Igualdade Racial); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (Ministério da Saúde); Cláudia Faillace (Associação Humana Povo o Povo Brasil); Daniela Maria Amoroso (Ministério do Esporte); Dayse César Franco Bernardi (Associação dos Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente – NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Débora Nogueira Bezerra (Casa Civil da Presidência da República); Edmundo Ribeiro Kroger (Central de Educação e Cultura Popular – CECUP); Eloi Gallon (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); Jonata Carvalho Galvão da Silva (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Lucinete Correa Tavares (Instituto Ecovida); Mariângela Ferreira Andrade (Ministério da Cultura); Marta Volpi (ABRINQ); Renata Nepomuceno e Cysne (Instituto de Direito de Família – IBDFAM); Rozangela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiane Vendramini Parra Roda (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome); Maria Luiza Moura Oliveira (Secretária Substituta e nova Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente); Marina de Pol Poniwas (Vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA); Laurenice Alves de Castro (Secretária executiva do CONANDA); Ricardo Washington Moraes de Melo (Secretário de Articulação Institucional do Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente o adolescente).

Autoridades: Silvio Almeida (Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania); Margarida Quadros (Assessora da Presidência da República); Paulo Oliveira (Diretor de participação social da Secretaria Geral da Presidência da República); George Lima (Especialista da Relatoria dos Direitos da Criança da Comissão Interamericano dos Direitos Humanos); Maurício Vacnans (Representante da Deputada Federal Ana Paula Lima Secretária Da Primeira Infância e Adolescência e Juventude da Câmara dos Deputados); Marlúcia Carmo (Assessora Parlamentar da Deputada Federal Érica Cocai); Marco Máximo (Representante da UNOPS); Salete Valesã (FLACSON); Santiago Plata (Representante da OEI); Clícia Sameron (Comitê de Enfrentamento contra a Violência Sexual, contra Criança e Adolescentes); Ana Paula Feminela (Secretária Nacional da Pessoa com Deficiência). **No dia 17/05/2023** estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Ana Cláudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (Ministério da Saúde); Carlos Frederico dos Santos (União Escoteiros do Brasil); Cláudia Faillace (Associação Humana Povo o Povo Brasil); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional dos Cegos); Danyel Lório de Lima (Ministério do Planejamento e Orçamento); Dayse César Franco Bernardi (Associação dos Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente – NECA); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Elisa Tauáçurê da Silva Ferreira (Associação Mães na Luta); Elói Gallon (CNBB); Evelinny Gonçalves Pereira Lopes (MPS); Fabiane Macedo Borges (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome); Jonata Carvalho Galvão da Silva (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Luciana Siqueira de Pinho (Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTOLOZZI); Lucinete Correa Tavares (Instituto Eco Vida); Maria Luiza Moura Oliveira (Secretária Substituta e nova Presidente do Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente); Mariângela Ferreira Andrade (Ministério da Cultura); Marina de Pol Poniwas (Vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA) e do (Conselho Federal de Psicologia - CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Paulo Thadeu Franco das Neves (Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ); Renata Nepomuceno e Cysne (Instituto de Direito de Família – IBDFAM); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sônia Ioyama Venancio (Ministério da Saúde); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Tatiana Augusto Furtado Gomes (Inspetoria São João Bosco – Salesiano); Tereza Santos faria (Ministério da Educação); Bruno de Moura Santos (Ministério dos Povos Indígenas); Laurenice Alves de Castro (Secretária Executiva do CONANDA); Diego Bezerra Alves (MDHC/SNDCA); Sra. Bel (FLACSON); Beto Pereira; Mayara de Souza (Coordenação Geral do Sistema Socioeducativo). Representantes do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA): Alice Genn Borges Ferreira (RJ); Jhenyffer Daiane da Silva Santos (DF); María Alejandra Ramirez Diaz (RR); Nikollas Kauã de Jesus Lima (SE); Raul Zainedin da Rocha (PR); Vitória Elise Fernandes Oliveira (SC). **Dia 16/05/2023 – Iniciou a Solenidade de Posse dos novos Conselheiros do CONANDA.** O Sr. Guto Rodrigues (Mestre de Cerimônias) iniciou Solenidade de Posse dos novos representantes que comporão o CONANDA no biênio 2023-2024, cumprimentando a todos. Em seguida, realizou, apresentou e contextualizou a seguinte pauta prevista para os dois dias de reunião: Dia 16/05/2023: 1. Reunião da Mesa Diretora; 2. Posse dos novos Conselheiros do CONANDA com a presença do Ministro; 3. Distribuição dos novos Conselheiros nas Comissões; 4. Encerramento. No dia 16/05/2023, O Sr. Guto Rodrigues (mestre de cerimonia) pontuou que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente -CONANDA é um órgão colegiado de caráter deliberativo que estabelece as normas gerais da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente de acordo com as disposições previstas nos artigos 87 e 88 da Lei de número 8.069 de 13 de julho de 1990 no Estatuto da Criança e do Adolescente, o órgão colegiado foi criado pela Lei de Nº 8.242 de 12 de outubro de 1991 para defender os direitos das crianças e dos adolescentes, tais como saúde, alimentação, educação, esporte, lazer,

cultura, respeito e liberdade, regulamentado pelo decreto de nº 11.473 de 6 de abril de 2023, que dentre outras providências alterou a sua composição com o objetivo de maior participação social e poder público na defesa promoção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, desde que foi criado a proposta é que as crianças e os jovens possam viver e aproveitar a infância e adolescência da forma digna, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária, e assim todos reconhecerem seus direitos e deveres. Chamou os Membros do CONANDA empossados, representando as organizações da Sociedade Civil: Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional de Cegos do Brasil- ONCB); Lucinete Correia Tavares (Instituto Ecovida); Renato Cesar Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura Ilê); Ana Paula Gomes Matias (Associação Mulheres pela Equidade Ame); Paulo Tadeu Franco das Neves (Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ); Eudes de Araújo (Federação Brasileira das Associações cristãs de Moços – ACM); Cláudia Faillace (Associação Humana Pouco para o Povo Brasil); Renata Nepomuceno e Cisne (Instituto de Direito de Família); Iniciou então a leitura do Termo de Posse Membros do CONANDA empossados representando o Poder Executivo Federal: Débora Nogueira Bezerra e Suplente Sandro Eli Malquier de Alencar (Casa Civil da Presidência da República); Titular Mariângela Ferreira Andrade e Suplente Denise Santos Aguiar de Sá (Ministério da Cultura); Titular Laís Gabriele Weber e Suplente Daniela Maria Amoroso (Ministério do Esporte); Titular Yuri Santos Jesus da Silva e Suplente Anna Carolina Venturini (Ministério da Igualdade Racial); Titular Daiane Menezes e Suplente Daniel e Lório de Lima (Ministério do Planejamento e Orçamento); Titular Bruno de Moura Santos e Suplente Ari Gavião (Ministério dos Povos Indígenas); Titular Laiane Caroline de Carvalho Santos e Suplente Mateus Diniz de Souza (Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República); Informou que esses são os novos Conselheiros e Conselheiras do CONANDA conforme o decreto de nº 11.473 de 6 de abril de 2023. E convidou o Ministro Silvío Almeida dos Direitos Humanos e da Cidadania para assinar o termo que dará posse aos novos Conselheiros e conselheiras do CONANDA biênio 2023/2024. O Ministro Silvío Almeida cumprimentou a todos os presentes desejando uma boa tarde e expressou sua alegria e satisfação em participar de um momento tão importante para a retomada do Ministério dos Direitos Humanos da Cidadania, principalmente no que diz respeito às políticas em prol das crianças e adolescentes do Brasil. Agradeceu saudou as autoridades presentes, aos adolescentes e a todos os Conselheiros e Conselheiras do CONANDA, que ajudaram e contribuíram para essa conquista e enfatizou que, a partir de agora, fazem parte da história junto com essa nova composição do CONANDA. Ressaltou que o ano de 2023 traz grandes desafios para a defesa das crianças e adolescentes do Brasil, mas também traz conquistas que serão fontes motivadoras para alcançar os objetivos propostos, destacou ainda que a composição atual do CONANDA conta com um total de 30 Conselheiros, sendo 15 representantes das organizações da Sociedade Civil e outros 15 representantes de órgãos do Poder Executivo e que demonstra um CONANDA mais participativo e democrático, refletindo o princípio orientador de respeito à soberania Nacional e ao povo brasileiro. Informou ainda que em 2023 se celebra os 33 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é fundamental para orientar as Políticas Públicas de proteção às crianças e adolescentes. Reforçou a importância de avançar na construção de indicadores, acompanhamento e monitoramento, assim como aprimorar a execução dos Recursos destinados ao fundo para criança e adolescente. Reforçou que a participação de todos é essencial para cumprir as prioridades do colegiado que é promover a paz, garantir os direitos e defender o futuro do Brasil, livre de ódio, violência e ataques às escolas. Destacou que o CONANDA, desempenha um papel de aconselhamento e tem relação direta com a formulação de Políticas Públicas especialmente aquelas relacionadas à criança e ao adolescente e destacou que o apoio do CONANDA será fundamental para contribuir com a formulação dessas políticas, e também nas questões relacionadas à política de empresas em direitos humanos, estratégias de combate ao discurso de ódio e extremismo, proteção dos defensores dos Direitos Humanos ambientalistas e comunicadores, na atuação do Brasil em temas de Direitos Humanos no cenário Internacional. Desejou que os Conselhos contribuam na formulação das Políticas Públicas de forma ampla e específica para impactar os grupos tratados pelos Conselhos. Avultou ainda sobre a iniciativa do tema de combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, com o objetivo de interferir na forma como o Brasil aborda essas questões, em buscar defender a soberania Nacional, protegendo as crianças e os adolescente. Ressaltou que o compromisso é trabalhar em prol de um futuro seguro e garantir que o passado não ameace a democracia, incentivando, contribuindo e protegendo as crianças e os adolescentes, visando um Brasil melhor e mais justo. Reforçou o convite ao CONANDA para participar da formulação de Políticas Públicas em conjunto com o Ministério, oferecendo apoio e incentivo ao CONANDA para realizar esse importante trabalho. O Adolescente Nikollas Kauã de Jesus Lima ressaltou que o Conselho deve ser interministerial, envolvendo todos os setores do Governo empenhados nos direitos das crianças e adolescentes e por isso a necessidade de novos Conselheiros para atender à grande demanda e responsabilidades do CONANDA. A Adolescente Alice G. Ferreira discorreu sobre a importância do CPA em representar a voz de cada criança e adolescente do Brasil. A Secretária Maria Luiza Moura Oliveira expressou gratidão em participar e ressaltou o compromisso do Conselho de contribuir como Sociedade Civil e Governo em resolver os problemas e promover a infância. Leu um trecho de um livro de Graciliano Ramos que aborda a violação de justiça que afeta a vida das crianças e enfatizou a importância de enfrentar essa questão e do papel de cumprir o que está preconizado, construindo para um Brasil diferente. O Sr. Ricardo Washington de Melo agradeceu ao CONANDA em nome do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Destacou o papel do Fórum como articulador e integrador das pautas da Sociedade Civil e reforçou estar disponível em colaborar, juntamente com o Conselho, a Sociedade Civil, o Governo e o CPA, em poder contar com o Fórum para promover diálogo, organização e incidência nas Conferências Estaduais e Nacionais, visando o avanço contínuo das Políticas Públicas para a infância, sem retrocessos. A Sra. Marina de Pol Poniwas saudou a todos e mencionou que estar hoje na posse dos novos Conselheiros e Conselheiras do CONANDA é um Marco para toda a Sociedade Civil do CONANDA que não se calou nos últimos anos de vários ataques ao CONANDA como a falta de eleição, a tentativa distinguir o Conselho, esvaziar o seu objetivo, a sua finalidade, esvaziar o seu modo de funcionamento, mas lutou e resistiu e destacou a campanha que marcou aquele momento foi “Conanda vive e luta”. Destacou que na última Assembleia por meio do Decreto 11.473, o CONANDA foi recomposto e hoje está em um novo ciclo, mas ainda há muito o que transformar, comprometido com os desafios que a nossa sociedade brasileira está enfrentando e que ainda vai enfrentar, para garantir e proteger as crianças e os adolescentes garantindo os seus direitos, reconstruindo as políticas sociais, para formular ampliar e aprimorar as Políticas de Estado. Afirmou que o CONANDA desempenha um papel fundamental na Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, assim como na promoção da saúde pública para todos. Saliu a necessidade de reconstruir o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), diante das situações de injustiça, desigualdade e violação dos direitos humanos enfrentados por crianças e adolescentes. Ressaltou trazer essas questões para o debate público e transformá-las em políticas de Estado. Informou que a semana marca o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e que a campanha "Faça Bonito" será retomada. Enfatizou a necessidade de enfrentar as causas estruturais da violência no país, como o racismo e o patriarcado e mencionou vários desafios na reorganização e reconstrução das Políticas Públicas para a infância e a juventude, como a violência nas

escolas. Destacou que as escolas brasileiras sejam espaços de proteção, convívio social e exercício da cidadania, onde crianças e adolescentes aprendam a reconhecer e respeitar as diferenças e as diversidades. Avultou a necessidade de investir em Políticas Públicas de proteção para toda a comunidade escolar e citou o desafio da situação de órfãos no Brasil, com cerca de 270 mil crianças e adolescentes nessa condição, o que demanda a construção de uma Política de Proteção Integral para a orfandade no país, desenvolvendo Políticas Públicas para enfrentar a violência, incluindo a violência sexual, contra crianças, adolescentes e indígenas. As consequências da pandemia também evidenciaram a necessidade de articular ações para erradicar o trabalho infantil. Foi destacado que o CONANDA está comprometido com essa agenda e tem muito trabalho pela frente para cuidar e proteger todas as infâncias e juventudes do país, considerando sua diversidade e declarou estar encerrada a Cerimônia de Posse dos novos representantes que comporão o CONANDA no biênio 2023-2024. **17/05/2023 – Abertura da 314ª Assembleia do CONANDA:** A Vice-presidente Marina de Pol iniciou a Abertura da 314ª Assembleia do CONANDA cumprimentando a todos. Em seguida, realizou a chamada dos Conselheiros e conselheiras presentes e logo após solicitou um minuto de silêncio, de pé em homenagem ao adolescente que faleceu Rodman Silva, natural do Pará que faleceu dia 13/05/2023. Havendo quórum, apresentou e contextualizou a seguinte pauta prevista para o dia 17/05/2023 de reunião: 1. Abertura da 314ª Assembleia do CONANDA com minuto de silêncio; 2. Informes Secretaria Executiva e Presidência; 3. Indicações dos novos Conselheiros nas Comissões; 4. Deliberações sobre resoluções, minuta GT intersetorial violência nas escolas e indicação para CONAETI; 5. CPA – Devolutiva das atividades da RedSurca; 6. Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF; 7. Intervalo Almoço; 8. Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas – CPP; 9. Relatoria da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças – COF; 10. Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP; 11. Relatoria da Comissão da Comissão Organizadora da 12ª CNDCA. Na sequência referendou a indicação da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentou a Sra. Maria Luiza Moura Oliveira como nova Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e indagou se todos os Conselheiros estavam de acordo com o nome da Sra. Maria Luiza como indicação. A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira agradeceu a confiança depositada, reafirmou contribuir em deixar uma marca positiva, e colocou à disposição para seguir adiante, contando com a sua ajuda e expertise, assim declarou aberta a 314ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, agora como Presidente empossada e convidou a todos participar e agradeceu antecipadamente pela colaboração. Em seguida, passaram para o 2 item da pauta, os Informes da Secretaria Executiva e da Presidência. A Sra. Laurenice Alves de Castro destacou nos uniformes: houve um Ação Civil Pública na Resolução 155 questionando o porquê que essa Resolução não foi publicada e a resposta da Secretaria Executiva foi encaminhada uma nota, um parecer da CONJUR em 2012, informando que tinha várias questões que não se poderia fazer a publicação nesse período. Solicitou aqui que se possa rever essa Publicação para verificar apesar da questão já está vencida, porque era dos jogos esportivos no período de copa. Houve uma carta de denúncia de Condeúba/BA, que foi enviado para Coordenação De Enfrentamento e respondido direto pela Coordenação. Movimento Infância Plena encaminhou Ofício solicitando levantando várias questões de atendimento da Secretaria Nacional ao Minha Criança Trans e foi respondido pela CPP. Informou que terá um Seminário Internacional que acontecerá no dia 30 e 31 de maio, que foi repassado a Mesa Diretora e irá representar ao CONANDA a Vice-Presidente Marina. Houve alteração do Representante do Ministério da Justiça a Suplente passou a ser a Sra. Cristina Mosqueta de Moraes em substituição a Conselheira Daniela Ferreira. O Movimento de Direitos Humanos solicitou a substituição da Conselheira Mônica Alckimin pela Conselheira Josiane Sanches. Houve solicitação de alteração da Conselheira Titular da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI que era a Sra. Célia Regina, substituída pela Conselheira Luciana Siqueira. A Vice-presidente Marina de Pol sinalizou primeiramente que o CONANDA participou da abertura da 1ª Conferência Estadual do Rio Grande do Sul e irá participar também da Abertura da Conferência do Paraná. Pontuou também um uniforme sobre a suspensão do Mandato do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua, onde foi necessário a realização da abertura de um Procedimento Administrativo que vai estar suspenso o Mandato até a conclusão das diligências do Procedimento Administrativo e prosseguiu com o item 3 recomposição e indicações dos novos Conselheiros nas Comissões, que era preciso reorganizar a nova recomposição da Sociedade Civil do Governo, a participação nas comissões e reforçou a importância da participação nas Comissões que é um espaço de debate, de reflexões para que se possa na Assembleia referendar e encaminhar as atividades desenvolvidas na Comissão. E ficou assim distribuída: COF: Ana Paula Guidolin (Ministério da Fazenda); Amanda Anderson de Souza (Ministério da Previdência Social); Marco Antônio (Central Única de Trabalhadores); Antônio Lacerda (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares- CONTAG); Edmundo Ribeiro (CECUP); Elizabeth (Comitê de Participação dos Adolescentes); Daiane Boelhouwer Menezes (Ministério do Planejamento e Orçamento); Luciana Siqueira de Pinho (FENAPESTALOZZI); CHP: Karina (CPA); Marina de Pol Poniwas (Conselho Federal de Psicologia); Marta Volpi (Fundação Abrinq); Jonathan Carvalho (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Teresa (Ministério da Educação); Romero José (GAJOP); Bruno Santos (Ministério dos Povos Indígenas); Débora Nogueira (Casa Civil); Ana Cláudia Cifale (Instituto Alana); Josiane Sanches (Movimento Nacional dos Direitos Humanos); Daniela (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Sandra Alves (Ministério da Educação); Renata Nepomuceno (IBDFAN); Jefferson (Comitê de Participação dos Adolescentes); Fred (União dos Escoteiros do Brasil); AIRI (Ministério dos Povos Indígenas); Sandro Eli (Casa Civil). Comissão CPP: Fabiane Macedo (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome); Sônia Isoyama (Ministério da Saúde); Elisa Tauáçurê (Associações Mães na Luta); Raíssa (Comitê de Participação de Adolescentes); Laís Gabriele (Ministério de Esporte); Yuri Santos (Ministério da Igualdade Racial); Bruna (Ministério da Saúde); Tatiane Vendramini (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social a família e combate à fome); Denis dos Santos (Ministério do Trabalho e Emprego); Deise César (Associação de Pesquisadores e Formadores da área da Criança e do Adolescente- NECA); Débora de Carvalho (Instituto Fazendo História); Ana Paula (Ação de Mulheres pela Equidade); Cláudia Faillace (Humana Brasil); Rosângela Borota (Federação Brasileira de Associações Sócio Educacionais de Adolescentes); Caíque (Comitê de Participação de Adolescentes); Daniela Maria (Ministério de Esportes); Anna Carolina Venturini (Ministério da Igualdade Racial). Comissão CMF: Eloi Gallon (Confederação Nacional de Bispos do Brasil); Tatiana Augusto (Inspetoria São João Bosco Salesiano); Mariângela Ferreira (Ministério da Cultura); Yasmin (Comitê de Participação de Adolescentes – CPA); Maria Luiza Moura Oliveira (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); Laiane Karoline (Secretaria Nacional da Juventude); João Vitor da Motta Batista (Ministério do Trabalho Emprego); Sérgio Eduardo M da Rocha (Aldeia Infantis); Lucinete Correia Tavares (Ecovida); Paulo Thadeu Franco (FENAGE); Fernanda Gabriela Batista Veloso (Comitê de Participação dos Adolescentes); Renato César (Casa de Cultura); Clóvis Alberto Pereira (Organização Nacional de Cegos do Brasil); Diego Bezerra Alves (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); Denise Santos (Ministério da Cultura); Denis dos Santos (Ministério de Trabalho e Emprego); Mateus Diniz Souza (Secretaria Nacional da Juventude). Comissão da Conferência temporária: Maria do Socorro

(Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua); Sérgio (Aldeias Infantis); Romero (Gabinete de Assessoria Jurídica de Organizações Populares – GAJOP); Antônio Lacerda (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares - CONTAG); Maria Luiza Moura (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente); Teresa Santos Faria (Ministério da Educação); Sônia (Ministério da Saúde); João Vitor (Ministério do Trabalho e Emprego); Débora (Casa Civil); Laiane Karolina de Carvalho Santos (Secretaria Nacional da Juventude); Bruno (Ministério dos Povos Indígenas); Ísis (CPA); Cleberson (CPA); Lucinete (Ecovida); Paulo (FENAG); Sandra (Ministério da Educação); Bruna (Ministério da Saúde); Denis (Ministério do Trabalho e Emprego); Débora Nogueira Bezerra (Casa Civil da Presidência da República); Mateus Diniz Souza (Secretaria Nacional da Juventude); Airi (Ministério dos Povos Indígenas). Continuou com a aprovação da Ata da Assembleia passada e não havendo nenhuma manifestação ou objeções, em regime de votação ficou aprovada a Ata da 313ª Assembleia do CONANDA, ato contínuo ao item 4 com as Deliberações sobre resoluções, minuta GT intersetorial violência nas escolas e indicação para CONAETI, assim, convidou o Conselheiro Diego para que apresentasse a Minuta da Resolução de 18 de Maio. O Conselheiro Diego Bezerra Alves apresentou aos Conselheiros a Minuta de Resolução, que foi aprovada pela Mesa Diretora e destacou a importância desse dia 18 de maio, como o dia Nacional de Enfrentamento da Violência e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes a importância de fortalecer e unificar a campanha Nacionalmente, que já vem sendo realizada há 23 anos desde a aprovação da Lei. Explicou que o dia 18 de maio foi instituído em 2000, em referência a um caso trágico de abuso e morte de uma criança no estado do Espírito Santo, desde então, essa data é marcada pela realização da campanha de enfrentamento à violência. Informou ainda que, a partir de 2008, a campanha "Faça Bonito" foi criada durante os Seminários de preparação para o Congresso Mundial de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, que visa conscientizar e proteger os adolescentes. Destacou o uso da flor amarela e laranja, símbolo associado à campanha, que tem sido amplamente adotado pelos municípios desde 2008 e salientou a necessidade de institucionalizar esse símbolo diante das tentativas de apagá-lo por interesses que não priorizam o bem-estar das crianças e adolescentes, considerando a adesão social expressiva por parte das prefeituras e dos conselhos de direito e tutelares em todo o país. Mencionou que a campanha tem uma grande projeção e alcance Nacional entre a população e o que se propõe é uma Resolução simples que oficializa o símbolo da campanha e orienta os Conselhos Estaduais e Municipais e todos os órgãos envolvidos nos procedimentos da campanha, onde são considerados os fundamentos legais, como a Constituição Federal, Convenções Internacionais de Direitos das Crianças, protocolos estabelecidos Internacionalmente e a convenção da OIT, a Lei 9.970 de 2000, que instituiu o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Enfrentamento da Violência e Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes. O Sr. Diego Bezerra achou importante fazer uma breve leitura pelo Considerando da Minuta, e considerou a atribuição do Conselho de estabelecer recomendações, resoluções e diretrizes relacionadas a essa temática e propôs oficializar a campanha "Faça Bonito" e adotar a flor amarela e laranja como símbolos oficiais do enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o país. Destacou que essa é uma proposta para apreciação do Conselho, que já foi referendada pela mesa diretora e enfatizou a importância dessa iniciativa em uma ocasião especial, como forma de reafirmar os símbolos construídos em conjunto pela sociedade e pelas próprias crianças e adolescentes. Orientou a atuação do Conselho para fortalecer cada vez mais essa pauta tão necessária, que muitas vezes é invisível devido à dificuldade de identificar e responsabilizar essa forma de violência. O Sr. Beto Pereira cumprimentou por essa proposta de fundamental importância e observou que essa proposta significa reforçar e retomar a garantia de direitos, de um olhar mais atento no sentido envolver toda a sociedade, nesse olhar de acolhimento em relação as crianças e adolescentes, e nos trazendo à tona inúmeros casos e acontecimentos. Considerou que esse Conselho sinaliza com a retomada e com essa proposta para toda a sociedade que enquanto tiver uma criança ou Adolescente em uma situação de vulnerabilidade ou violência, estarão atentos em âmbito Nacional Municipal, Estadual e também Distrital. O Sr. Ricardo parabenizou a proposta que é histórica e significativa de marcar a posição no Brasil a fora, com a campanha "Faça Bonito" e adotar a flor amarela e laranja como símbolos oficiais do enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o país e com relação ao material, fez uma proposta de inclusão no sentido em observada com a definição de periodicidade, a execução, metodologia e monitoramento e seguiria o texto. A Conselheira Dayse César considerou a iniciativa muito necessária em padronizar e fez uma proposta no sentido de qual é o plano efetivamente na condução nas ações da campanha, visto que existe uma distinção entre eles sobre o conceito de violência, o CONANDA é a violência sexual contra crianças e adolescentes e o plano do Governo em vigor é um Plano Nacional contra as diversas formas de violência e aproveitou a oportunidade da Resolução problematizar a questão da revisão do plano e de um posicionamento em dizer qual é o plano que a gente está se referindo é o plano Nacional em vigor ou o plano Nacional que o CONANDA aprovou. A Conselheira Lucinete Correia parabenizou a iniciativa e pontuou acrescentar a questão da religião para as crianças e adolescentes e concordou com relação ao plano pelo motivo da identificação pelo símbolo da flor laranja de ter um impacto muito grande nas ações em fronteiras diante do enfrentamento do Combate à violência exploração sexual. Acreditou que essa Resolução reforçará essa importância no respaldo para essas pessoas que fazem ações nas áreas de Fronteira. A Conselheira Elisa Tauáçurê concordou em acrescentar a religião e a questão da homogeneização apesar das diversidades locais, com campanha de conscientização e lembrar que é suprapartidário, em que há muita informação e pouco o momento crítico reflexivo. O Sr. Renato César destacou sobre a Resolução reafirmando com relação à religião dos Povos e Comunidades Tradicionais de matriz africana no Brasil e nesse sentido é preciso fazer não só uma campanha, mas fazer um levantamento nesse momento de paz e de contexto unânime, que tire do Anonimato, principalmente em relação a diagnóstico de crianças e adolescentes de terreiro e pontuou que está na hora desse país acordar e ter esse olhar para a diversidade, com uma visão macro. A Vice-presidente Marina de Pol Poniwas considerou não havendo novas inscrições e após as inclusões de sugestões como a inclusão do Conselho tutelares, a questão no planejamento definindo periodicidade, metodologia e monitoramento e também com relação a religião todas essas inclusões foram realizadas no texto. Destacou com relação a fala de a Sra. Deise sobre o plano, informou que a produção desse plano está no planejamento da CPP, onde irá rever todo esse processo de construção dos planos anteriores, para apresentar ao plano que será realizado nesse Biênio. Em seguida, colocou em regime de votação o conteúdo da Minuta da Resolução e não havendo objeções, ficou aprovado por unanimidade a Resolução 18 de maio. A Vice-presidente Marina de Pol na sequência da Pauta sobre a manifestação da violência nas escolas, destacou que o CONANDA construa sua manifestação e tenha um posicionamento a respeito da situação da violência nas escolas, informou que foi encaminhado à Mesa e sugeriu que se constitua um grupo de trabalho para dar início a Minuta hoje e na reunião das comissões disponibilizar para que as comissões possam contribuir e dar sugestões com relação a essa manifestação. Completou que é preciso definir os Conselheiros que vão participar da oitiva, que está sendo realizada pelo MEC e ficou agendado para o CONANDA no dia 19/05 às 10 horas da manhã online. E mencionou a importância de o CPA estar nessa Oitiva, para que se possa ir contribuir com o Governo nesse GT interministerial proposto, para o

enfrentamento dessas situações de violência nas escolas. A Sra. Ana Cláudia informou que pelo Instituto Alana se integrou o GT interministerial do MEC e que foi feita uma Oitiva e se colocou à disposição para integrar nesse GT e redigir essa manifestação pelo CONANDA. O Sr. Elói Gallon considerou a recomposição e retomada do CONANDA com essa força e diversidade. Opinou e aposta nas crianças e adolescentes de agora, dessa nova geração com vontade de transformar uma sociedade com equidade, justiça, paz e respeito, e concordou em participar dessa Comissão na construção desse material. O Sr. Diego Bezerra mencionou a inscrição da Secretaria da Criança do Ministério de Direitos Humanos em dois grupos, o CONANDA e o MEC. Propôs que o CONANDA compartilhe com o MEC o tema da escola, para que seja abordado não apenas como uma questão emergencial, mas como um problema estrutural relacionado à cultura de violência na sociedade. Cogitou a possibilidade de trazer mais contribuições da Sociedade Civil, de diferentes setores, uma vez que o poder público sozinho não conseguirá enfrentar o problema da cultura da violência e da falta de perspectiva para crianças e adolescentes. Mencionou que essa questão precisa ser encarada como um problema estrutural enraizado na sociedade, e todos devem se envolver no curto, médio e longo prazo para enfrentá-la em conjunto. A Sra. Elisa Tauáçurê pontuou que a saúde mental vem sendo muito negligenciada e vítima de uma dinâmica social de submissão opressora e violenta, e que as crianças em casa não têm diálogo com seus pais, então é preciso educar os pais para que se comunique e resgatem o diálogo de famílias que estão enfraquecidas. A Sra. Mariângela Ferreira acreditou que a formação cultural e artística integrada às escolas seja uma ferramenta importante para reverter o processo de desintegração da identidade, no qual as vítimas se tornam agressores e se colocou à disposição de integrar ao grupo para colaborar na redação do texto do CONANDA e ajudar no que for preciso. A Sra. Tereza Santos colocou o Ministério da Educação a disposição e destacou um planejamento já iniciado, além do trabalho em andamento no âmbito interministerial, que envolve ações de intervenção e prevenção imediata na Educação Básica. Considerou um aumento recente do radicalismo, intolerância, ódio e perspectivas que afetam o ambiente de aprendizagem escolar, a dimensão da antidemocrática, com o desencorajamento dos professores e até mesmo a incitação dos alunos a filmar e registrar situações, que tem contribuído para essa escalada da violência. Destacou que diante desse cenário, no contexto da Educação Básica, planeja-se estabelecer diretrizes e referências para fortalecer a cultura de paz, a convivência democrática e melhorar o clima escolar. Reconheceu que diversos atores sociais, de diversas áreas como religião, cultura e esporte, que possuem oportunidades e habilidades, podem ser trabalhadas em conjunto com a escola, a fim de reduzir o impacto desse cenário preocupante recente no país. Reforçou que se coloca à disposição e informou está sendo planejada para o segundo semestre e pretende entregar essas diretrizes para a implementação de uma cultura de paz, melhoria do clima escolar e promoção da convivência democrática no ambiente escolar. A Sra. Dayse César destacou a importância de não limitar a análise desse fenômeno apenas ao grupo de trabalho interministerial, mas também como um indicador de um esforço e fortalecer as teses relacionadas à educação domiciliar. Percebeu que os professores estão desestimulados e sob vigilância, e é necessário trabalhar uma visão da infância e da criança que valorize sua participação nas decisões que as afetam. Observou que atualmente, crianças e adolescentes nas escolas são obedientes às regras, mas é necessário criar espaços de participação para que eles possam revelar situações de violência, tanto no âmbito familiar quanto institucional. Acreditou estar em um momento em que é necessário integrar cultura, lazer, esporte e educação, priorizando a dinâmica da criança em vez da dinâmica do adulto na rotina escolar; o direito à participação é considerado fundamental para as crianças e adolescentes, permitindo que tenham voz e sejam ouvidos sobre si mesmos. Recomendou que é preciso haver uma mudança de postura em relação à família, não culpabilizando como único órgão responsável pelo cuidado, mas valorizando também as relações comunitárias e é essencial que a escola se torne um espaço mais comunitário, considerando as diversas relações da criança, como a natureza, a família e a comunidade. Informou que esse é o momento oportuno para refletir sobre essas questões e trazê-las para o texto do CONANDA, buscando provocar discussões e ressaltando que o objetivo não é apenas monitorar as escolas, mas transformá-las em espaços de convivência, e manifestou disponibilidade e disposição para participar desse processo. O Sr. Sergio Eduardo reforçou ter um olhar atento na formação de espaços seguros para a salvaguarda de crianças e adolescentes nas escolas, fazer um mapeamento dos espaços de risco e segurança dentro da área em que a escola está inserida. Advertiu também oferecer uma formação consistente para todos os educadores e pessoas envolvidas no cuidado dessas crianças e adolescentes. Destacou que o envolvimento da família também é essencial, considerando suas vulnerabilidades, e lembrou que casos de violência nas escolas não estão relacionados apenas a famílias em situação de alta vulnerabilidade, mas também envolvem crianças e adolescentes de famílias de classe média. Isso levanta preocupações em relação à militarização das escolas e à ideia de que as escolas deixaram de ser espaços seguros. Pontuou promover um diálogo sobre essa questão, para repensar a estruturação do ensino e buscar atratividade nas escolas, além de abordar outras questões relacionadas, trabalhar em conjunto com o tripé composto pela família, comunidade e escola, pois sem a colaboração desses três elementos, não será possível garantir espaços seguros e protetores, julgou interessante que essa informação seja bem atendida e discutida. O Sr. Renato César aproveitou a oportunidade para fazer uma provocação e solicitar um encaminhamento baseado no comitê de violência na escola, relacionado ao combate ao racismo e à intolerância religiosa. Ressaltou a importância de resgatar o Comitê Técnico Nacional para ação relacionada à educação dos afro-brasileiros, estabelecido em 2005, como parte da história do país. Destacou que a Lei 10.639/2003 precisa ser resgatada para reconstruir o país e não se pode mais ignorar o que está acontecendo dentro das escolas. Ponderou abordar a diáspora, o reconhecimento do racismo e a necessidade de combater não apenas o racismo, mas também se tornar antirracista. Enfatizou que é fundamental fornecer informações contínuas aos professores e professoras sobre essa lei, destacando que muitos educadores não a reconhecem, o que é extremamente prejudicial, principalmente para crianças afrodescendentes. Solicitou que essa reivindicação seja encaminhada por meio da Conselheira Teresa. O Sr. Beto compartilhou sua experiência como uma criança com deficiência que sofreu violência psicológica devido à falta de preparo das escolas, professores e educadores. Eles ressaltaram a importância de ter espaços inclusivos e que mesmo na década de 2000, ainda se discute esse tema. Reconheceu o papel das famílias e das organizações não governamentais, que muitas vezes são criticadas, mas cuja participação é fundamental nesse processo. Destacou a importância de abordar a diversidade e a convivência desde cedo, naturalizando as diferenças e evitando que as violências ocorram nas escolas. Enfatizou a necessidade de envolver a família, a equipe escolar e promover diálogos com pessoas de diferentes religiões, deficiências e comunidades indígenas. Acreditou que é fundamental iniciar esse processo de escuta e cuidado tanto dos agredidos quanto dos agressores como uma política pública de estado, não apenas do Governo. A Sra. Lucinete Correa compartilhou sua experiência como mãe de uma criança e adolescente autista que sofreu bullying na escola e a escola não ofereceu escuta adequada, compreensão ou tentativa de resolver o problema. Reconheceu o desgaste e o cansaço dos profissionais da escola, que muitas vezes enfrentam salas superlotadas e falta de Recursos. Concordou buscar estratégias para motivar os profissionais e garantir que eles possam ouvir os jovens e adolescentes e também a necessidade de aplicar a lei 3.935,

que prevê a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas, além de oferecer atendimento fora delas. Observou promover um diálogo entre a escola e a família, onde as pessoas possam se ouvir mutuamente. Relatou situações de violência e revolta enfrentadas pelo filho, mas destaca que sua observação e busca por soluções evitaram que algo pior acontecesse. Notificou que as escolas não são mais as mesmas devido às mudanças nos adolescentes, nas famílias e à piora da saúde mental causada pela pandemia. Expressou o desejo de participar e contribuir, apesar de suas próprias limitações de tempo. O Sr. Fred da União dos Escoteiros do Brasil expressou que pelos escoteiros se tem uma contribuição do projeto esportivo nas escolas, com contribuição e resultado. No entanto, ressaltou que, no momento, não pode participar ou contribuir com essa comissão. A Sra. Marta da Fundação Abrinq lembrou que a lei da escuta protegida busca integrar os diferentes serviços de proteção e garantir que profissionais capacitados realizem uma escuta adequada em casos de revelação espontânea de violência. Informou que em 2017, foi feita uma tentativa de regulamentar essa lei para reduzir a revitimização das crianças, não apenas nos órgãos de segurança, mas em todos os serviços que compõem a rede de proteção. Ponderou encontrar maneiras de efetivar essa escuta e reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e de participação. Lembrou que criar Legislação é apenas o primeiro passo e que é necessário colocá-la em prática. A Adolescente Alice complementou a discussão afirmando que atualmente não há mais lugares seguros e que muitas coisas mudaram, tanto os adolescentes quanto o sistema educacional. Ressaltou que essas mudanças acabam afetando a vida das pessoas, mas ninguém se dispõe a explicar o que está acontecendo, e que os adultos estão perdidos e não conseguem transmitir suas experiências vividas em tempos difíceis, o que acaba prejudicando os jovens. A Vice-presidente Marina de Pol Poniwas considerou para encaminhamento que o GT será composto por: Ana Cifalli, Elói, Diego, Marina de Pol, Mariângela, Teresa, Deise e Fred, as quais se manifestaram para constituir o GT e notificou que o ideal que todas participem da Oitava, no dia 19 às 10 horas, e que será enviado o link no grupo geral do CONANDA. Informou que com o GT constituído, tem a tarefa de construir uma manifestação e poder disponibilizar para que as comissões possam na reunião, desenvolver antes da próxima Assembleia apreciar o conteúdo dessa manifestação e a gente possa na Assembleia de Junho fazer a aprovação do nosso documento, frisou que se avance na construção desse documento o quanto antes. Avançou dando continuidade à pauta com a indicação para o CONAETI. Informou que a Conselheira Marta se colocou à disposição e solicitou da indicação de mais um conselheiro para participar do CONAETI e se possa fazer a aprovação nesse CONANDA para referendar e fazer a representação.

Pontuou que no dia 12 de junho a Comissão toma Posse e no dia 13 de junho a Reunião. Colocou quem regime de votação pela participação dos Conselheiras da Sra. Marta e Rosângela Lacerda na CONAETI e ficou aprovado. Em seguida de sequência ao item 5 da pauta CPA – Devolutiva das atividades da Redsurca. Assim, os Adolescentes presente Raul Zainedin, María Alejandra, Vitória Elise, Nikollas Kauã, se intercalaram nas falas da apresentação das atividades da Redsurca. O Adolescente Raul Zaineidin cumprimentando a todos presentes e iniciou a apresentação do trabalho do CPA na Redsurca (Rede de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente no Mercosul). Explicou que a Redsurca foi criada em 2018 pela Comissão Permanente Interamericana de Direitos Humanos do Mercosul, com o objetivo de promover a participação de crianças e adolescentes no Mercosul e desenvolver propostas e Políticas Públicas mais efetivas para eles, implementadas em um plano bianual. Informou que, dentro da Redsurca, os adolescentes que fazem parte da rede devem ser representantes dos CPAs de seus países. Completou que atualmente, o Brasil é o único país da rede que possui um CPA Nacional estruturado para esse fim, que conta com dois titulares e dois suplentes, respeitando a igualdade de gênero. Expressou sua felicidade em afirmar que a Redsurca é um local de trabalho conjunto contínuo e enraizado no aspecto social. Explicou que os representantes do CPA têm o papel de serem porta-vozes das ideias e do trabalho do comitê no Brasil, e participam ativamente, levando as demandas necessárias das crianças e adolescentes brasileiros às autoridades de Direitos Humanos do Mercosul. Informou que esse trabalho em conjunto envolveu representantes de outros países da América do Sul, permitindo a deliberação e tomada de decisões sobre questões que surgem semanalmente em cada um dos países envolvidos. Falou ainda sobre a participação do CPA em reuniões preparatórias, onde se envolvem em debates e argumentações para uma apresentação eficaz durante as reuniões presenciais e que durante esse processo, eles desenvolvem seus pensamentos e esclarecem seus argumentos aos representantes de outros países. Mencionou que a realização de reuniões preparatórias online da Redsurca com adolescentes de outros países e informou que antes dessas reuniões internacionais, eles têm as chamadas "reuniões dos Quatro Mosqueteiros", nas quais recebem formação e recomendações importantes para se prepararem para suas ações. Destacou a importância dessas reuniões na formação dos representantes da Redsurca, reconhecendo o espaço como um local de representatividade e protagonismo Internacional, onde eles precisam estar constantemente engajados. Ressaltou que os representantes do CPA não falam apenas por si mesmos, mas representam um grupo Nacional de crianças e adolescentes com diversas realidades em um país multicultural como o Brasil, e que mantêm um diálogo constante e compreendem que estão em um lugar onde usam suas vozes para expressar questões e realidades daqueles que não têm a oportunidade de participar desses espaços e compartilhar suas opiniões. Informou que a Redsurca Brasil segue o método de formação antes da ação, baseando-se em propostas governamentais registradas na ata da Redsurca e no Estatuto da Criança e do Adolescente e a Redsurca Brasil considerou aprendizados e experiências, do ciclo anterior (2021/2022), bem como a participação e o diálogo com outros representantes do CPA Nacional. Advertiu que durante a reunião preparatória para a RAADH, discutiu-se a saúde mental nas escolas, na saúde em geral, nos esportes e na família e que foram abordados temas como o direito de viver em família, o direito à educação e a importância da educação sexual integral. Destacou uma reunião realizada em 13 de abril que teve como foco a saúde pública em geral, com destaque para o Sistema Único de Saúde (SUS) e suas falhas, mas reconhece que o SUS é um sistema público e gratuito que oferece um atendimento notável para a quantidade de pessoas que o utilizam, incluindo 90% da população, foram destacadas as necessidades de melhorias e ampliação do alcance e da qualidade dos atendimentos gratuitos para crianças e adolescentes. Destacou que a Redsurca Brasil prioriza a formação prévia, as propostas governamentais e o Estatuto da Criança e do Adolescente, valorizando o diálogo e a participação ativa dos adolescentes como meios para promover mudanças positivas na sociedade. Mencionou também sobre um Seminário realizado em Buenos Aires, nos dias 8 e 9 de maio, que abordou diversos temas, incluindo saúde, participação e educação integral, com a presença de representantes governamentais e a participação híbrida dos adolescentes de outros países que enriqueceram as discussões e as trocas de experiências. Abordou o tema sobre saúde mental na saúde pública foi destacada, ressaltando a necessidade de envolvimento da sociedade e do combate ao estigma em relação à saúde mental de crianças e adolescentes e citou como melhorias necessárias na área da saúde mental nas escolas, a implementação de profissionais clínicos e intervenções pedagógicas que abordem temas relevantes, como bullying e autoestima. Advertiu a negligência da sociedade em relação às doenças mentais e psicossociais, bem como o aumento da violência nas escolas, que é resultado de um Governo extremista e dos impactos da pandemia. Considerou mudar a mentalidade da sociedade brasileira e a necessidade de uma mudança social para combater a violência foram enfatizadas, assim como a importância de

Ministérios como o de Direitos Humanos, serem efetivos na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Sugeriu relatar os acontecimentos aos novos Conselheiros, destacando a resistência do CPA e dos Conselheiros anteriores na defesa dos direitos de milhões de crianças e adolescentes que têm seus direitos violados. Notou a questão da saúde mental nos esportes, da falta de Recursos materiais e culturais para essas atividades. Advertiu que a destinação de parte dos impostos pagos pelas empresas, para entidades esportivas e culturais que enfrentam dificuldades financeiras. Destacou a importância dos esportes e das atividades culturais nos municípios como forma de distração e bem-estar, pois a pandemia e as restrições sociais impactaram negativamente milhões de crianças, que passaram mais tempo em casa e algumas enfrentaram abusos no ambiente familiar, e que as atividades esportivas e culturais são vistas como um espaço de liberdade e escape para esses jovens, contribuindo para melhorar a saúde mental de crianças e adolescentes. Observou a saúde mental na família e a Redsurca recomendou que o Estado brasileiro ofereça apoio psicológico durante a gestação, principalmente para os homens, o abandono paterno foi considerado, visto que mais de 11 milhões de famílias brasileiras enfrentam a ausência de um pai presente, o que afeta a saúde mental das mulheres, crianças e adolescentes. Informou que foram propostas Políticas Públicas voltadas para a educação, como a inclusão da educação sexual nas escolas em período integral, o planejamento familiar, ampliação do acesso à saúde reprodutiva e a promoção de informações sobre paternidade para os homens. Acrescentou a diversidade familiar, incluindo famílias com pais do mesmo sexo, mães solteiras e pais solteiros. Discutiu sobre a violência familiar, apontando que análises anteriores revelaram falhas devido à má administração governamental ou interrupção do plano bianual e que a nova gestão está revisando o plano anterior para identificar o que está faltando e o que precisa ser complementado. Recomendou a realização de palestras e rodas de conversa sobre violência familiar e punições para agressores de menores, visando esclarecer os direitos das crianças e adolescentes e estabelecer limites entre uma correção saudável e punições criminosas ou desumanas. Considerou a participação infantil onde propostas foram encaminhadas na gestão passada, incluindo a criação de mais espaços de participação nos países membros. Informou que atualmente, o Brasil conta com o Conselho Nacional de Participação, que possui 47 adolescentes representantes dos Conselhos Estaduais e indicações de grupos diversos. No entanto, apenas 8 Estados possuem Comitês de participação estabelecidos, sendo necessário aumentar esse número. Mencionou a Flacso como uma instituição que apoia a formação do Conselho Nacional de Participação e fornece suporte logístico para a participação Internacional. Destacou a ausência de participação de crianças e adolescentes nos estados membros como forma de verificar se os direitos à participação e aos direitos básicos estão sendo efetivados. Recomendou o intercâmbio cultural e linguístico para enriquecer o conhecimento sobre as diferentes realidades dos adolescentes na América do Sul, e de mudar a metodologia de participação infanto-juvenil, tornando-a mais inclusiva e acessível. Discorreu sobre a importância da educação sexual integral, mencionando um retrocesso na abordagem desse tema no Governo anterior, onde houve silenciamento e desinformação nas escolas, associando erroneamente a educação sexual integral à promoção precoce de relações sexuais. Avultou que a educação sexual integral trata de informações relevantes para crianças e adolescentes, como prevenção de abuso sexual e respeito à diversidade de configurações familiares, incluindo famílias com dois pais ou duas mães. Abordou assuntos como menstruação e TPM masculina, que são informações importantes durante a puberdade. Observou a necessidade de iniciar a educação sexual integral nas escolas, pois é nesse ambiente que as crianças têm a oportunidade de observar e compreender a diversidade do mundo ao seu redor. Ressaltou que muitos pais têm dificuldade em falar sobre educação sexual com seus filhos devido a tabus e vergonha, destacando a importância da participação ativa da família nesse processo. Apontou a necessidade de profissionais qualificados dentro das escolas e instituições, capazes de abordar adequadamente a educação sexual e as doenças sexualmente transmissíveis. Salientou a importância de contar com especialistas que possam fornecer informações precisas e atualizadas, adaptando-as de acordo com a faixa etária dos estudantes. Explanou sobre a relação entre educação sexual integral, saúde mental e fortalecimento da família, destacando o papel fundamental da escola nesse processo, e da implementação dessas Políticas Públicas no plano bianual da Redsurca. Enfatizou que o afeto é o principal fator para transformar uma sociedade violenta e a ausência de afeto na sociedade brasileira contribui para a violência, pois quando há afeto, as pessoas cuidam umas das outras, respeitam seus direitos e evitam abusos. Assim, concluiu que a Redsurca Brasil trabalhou no semestre buscando promover a educação sexual integral, saúde mental e fortalecimento da família, agradeceu a atenção de todos e pediu desculpas por ter se prolongado. A [Sra. Marina de Pol](#) agradeceu a todos do CPAA por sua participação qualificada na REDSURCA e destacou que as palavras afetam profundamente e que a participação no CONANDA, ajuda a contribuir para a construção e formulação de Políticas Públicas no processo de reconstrução do país. Em seguida, abriu espaço para perguntas e contribuições. A [Sra. Maria Luiza](#) expressou, solidariedade a Raul e mencionou seu reconhecimento e orgulho pela participação do CPA, que se aproxima cada vez mais da realidade, e faz uma grande diferença. Informou sobre a participação do Governo brasileiro na *Reunião* de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos do Mercosul (RAADH), em função do tema e participou de 3 eixos, informou que construiu um documento juntos, que foi de prevenção e proteção contra todos os tipos de violência, o direito de viver em família e saúde integral de crianças e adolescentes, olhando a questão da Saúde Mental e educação sexual integral. Destacou que a questão da Saúde Mental é urgente no Brasil e no mundo. O [Sr. Antônio Lacerda](#) apregou sua emoção com a fala dos adolescentes, afirmando que o CONANDA não é mais o mesmo sem eles. Destacou a importância das práticas integrativas e complementares em saúde, antes de encaminhar casos que necessitem de atendimento médico. Identificou a saúde mental, a ansiedade, a insegurança e a falta de perspectiva de futuro como os principais problemas enfrentados pela juventude rural, especialmente em relação à geração de renda, onde muitas vezes a renda familiar fica com os pais. Reconheceu a riqueza do debate trazido pelos jovens e ressaltou que não se resolverá isso de um dia para o outro, mas enfatizou a importância de se ter utopias e avançar passo a passo. Apontou a interseccionalidade de gênero, raça e classe como desafios a serem superados, e percebeu nas falas dos jovens a importância de resgatar o debate sobre a luta de classes, para enfrentar a predominância do capital sobre valores mais justos e relações de trabalho. A [Sra. Sônia Isoyama](#) parabenizou os participantes pelo relato e destacou a importância das questões levantadas da responsabilidade do Governo, observou a forma como se referiram ao SUS, reconhecendo-o como uma conquista da sociedade apesar das dificuldades e que fortalecer o SUS é responsabilidade de todos. Comprometeu-se a reconstruir essas políticas e cuidar das pessoas. Informou sobre uma iniciativa em andamento para a construção de uma política de atenção integral à saúde do adolescente, incluindo a participação dos jovens e adolescentes na elaboração. Ressaltou que a fala dos jovens coloca a responsabilidade e os desafios para todos, mas que estão em um novo momento de reconstrução e avanço juntos. A [Sra. Tatiana Augusto](#) sensibilizou com as demandas trazidas pelos adolescentes. Reconheceu a importância de uma fala inclusiva e destacou a importância de os participantes compartilharem aquilo que sentem falta nesse espaço, de abordar o que está faltando no CONANDA, para que se sintam acolhidos e incluídos e por isso a presença dos participantes é extremamente importante nessa construção. A [Sra. Renata Nepomuceno](#) destacou algumas informações a respeito aos



professores, aos trabalhadores da educação incluindo não só questão salarial, mas a questão do lugar que eles ocupam na escola e da importância desses profissionais no país. A Sra. Deise agradeceu ao CPA pelo trabalho realizado, das falas e da emoção compartilhada e o quanto aprendeu com eles. Reconheceu a importância dessa troca de conhecimento e respeito, ressaltando que isso deve ensiná-los a se relacionarem de uma maneira cada vez mais baseada na troca de informações. Falou em chamar a atenção para a educação e valorizar os professores em seu cotidiano e que os impactos dos salários dos professores afetam os jovens e ressaltou a importância da opinião pública e da imprensa na divulgação desse tema, a fim de impactar os jovens e promover um diálogo mais aprofundado sobre as lições aprendidas no espaço educacional, em ouvir os adolescentes e envolvê-los nas discussões, refletindo sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes indígenas em seus territórios. A Sra. Elisa Tauáçurê informou que no planejamento da CPP, foi incluída a efetivação da lei 13.935 de 2019, visando fortalecer as equipes multidisciplinares a realizar diagnósticos nas escolas. Mencionou cobrar a presença do psicólogo escolar e do assistente social nas instituições de ensino. Ressaltou a importância da escuta ativa e sugeriu a implementação de mais treinamentos e capacitação nessa área. O Sr. Fred referiu a forte influência da sociedade violenta como um instrumento do capitalismo em todas as suas formas. Destacou que a resistência para manter o CPA, apesar das dificuldades enfrentadas, como a luta para comprovar a necessidade do Conselho e a ocorrência de cancelamentos de encontros de última hora. Considerou que a existência e a ativa participação do CPA foram conquistas importantes, refletindo no exemplo dos adolescentes e nas palavras dos demais conselheiros. Garantiu a continuidade do CPA, que agora representa os adolescentes brasileiros até mesmo em nível Internacional. O Sr. Diego Bezerra destacou a importância da participação nas questões municipais. Enfatizou a relevância da Eleição dos Conselhos Tutelares em outubro, ressaltando a necessidade de garantir que pessoas adequadas sejam eleitas para esses cargos. Apontou a falta de formação adequada e perfil apropriado para promover os direitos como um problema atual, e pontuou implementar políticas de valorização e formação contínua para os Conselheiros Tutelares e do envolvimento da sociedade e do processo de participação popular nas eleições. Citou a campanha de mídia e a distribuição de panfletos como iniciativas para estimular a participação e conscientização da sociedade sobre a importância dos Conselhos Tutelares. Ressaltou a necessidade de valorizar e eleger os melhores Conselheiros para proteger os direitos das crianças e adolescentes, destacando a atuação equivocada e violação de direitos relatadas em denúncias recebidas. Concluiu afirmando que o desenvolvimento social e a melhoria desse processo dependem do engajamento conjunto do Governo Federal, Estadual, Municipal e da Sociedade em geral, incluindo as religiões. A Sra. Marina de Pol agradeceu por convocar a prestar atenção ao processo eleitoral do Conselho Tutelar e ressaltou o compromisso de todos os Conselheiros nesse processo. Informou que o horário do intervalo será reduzido e que retornam às 14 horas para dar continuidade às atividades, com as Relatorias de todas as Comissões. A Sra. Marina de Pol iniciou dando continuidade à pauta e pela ausência da CMF, sugeriu fazer uma inversão na pauta e convidou a Relatoria da Comissão Permanente de Políticas Públicas - CPP, para fazer a sua relatoria. A Sra. Debora de Carvalho destacou o Ponto de Pauta: indicar representante para oficina de validação da cartilha sobre saúde da mulher adolescente. Apontou a necessidade de mais informações sobre a publicação, tais como: 1) a frequência das reuniões e adequação da agenda dos indicados; 2) a Minuta de Resolução Pet- CNAS e a Resolução do CONANDA, proposta pela coordenação de enfrentamento ao trabalho infantil; fazer um ofício ao CNAS sugerindo que não seja uma Resolução conjunta, porque ainda não há elementos suficientes, mas de uma Recomendação conjunta. 3) Tratou sobre o tema, o Parecer do Departamento de Proteção Social Especial por meio da Coordenação Geral de medidas Socioeducativas em programas intersetoriais e responsável pela gestão do Pet, está de acordo e agradece pelas propostas apresentadas, do mesmo modo entende-se ser mais produtivo a publicação de uma Nota informativa ou uma recomendação conjunta entre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Nacional de Assistência Social, a fim de não confundir os Entes, até que a Secretaria Nacional de Assistência Social tenha mais elementos para entender a todas as recomendações de forma integral com Diretivas aos Municípios e Estados. Marta Volpi sugere um redesenho do Pet e informa que há 38 Projetos de Lei que tramitam a pensados ao Projeto de Lei 5.337 de 2013 que busca regulamentar esse tipo de trabalho tornando a aprendizagem precária. Maria de Fátima pede que o CONANDA inclua nesse redesenho o trabalho infantil como uma forma de violência contra crianças e adolescentes, por assim compreender vamos causados no desenvolvimento integral dos mesmos. Fabiane informa que após as contribuições da Coordenação Geral do Pet, Ministério do Desenvolvimento, Maria de Fátima e o Coordenador Assis do Ministério Desenvolvimento do Direitos Humanos, irão incorporar algumas das sugestões feitas ao documento; Maria de Fátima acrescentou uma Minuta de Resolução Geral sobre o Trabalho Infantil em alusão aos 12 de junho, de enfrentamento ao trabalho infantil, dando um prazo para CPP, pois ainda não tinha elementos para uma Resolução do CONANDA, informa que foi levado à Mesa Diretora, para que passe essa Minuta por todas as Comissões e traga a Plenária de junho, voltada para esse tema em homenagem a data de enfrentamento ao trabalho infantil. 4) Crianças removidas, Ofícios aos órgãos envolvidos: em continuidade a solicitação do Núcleo Especializado de Infância e Juventude - (NEIJ) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, as Minutas de Ofícios para os Órgãos do envolvidos no acolhimento de crianças e adolescente removidos, já foram enviadas a Secretaria Executiva. Sugeriu para maior celeridade, solicitar aos próprios Representantes dos Ministérios a coleta dessas informações e acrescentas os Ministério da Educação, MDS, Ministério do trabalho e Ministério da Saúde. 5). Quanto ao Encontro Nacional do Plano Direcional do Direito da Criança e do Adolescente fica o convite e a CPP indica a Conselheira Débora como nosso Representante. 6) Um ofício sobre a Mc Pipokinha, de divulgação na mídia do conteúdo adulto no show de Mc Pipokinha em Ofício Deputado Estadual Leandro de Jesus do PL, da Bahia solicita de Diretoria de Proteção da Infância e da Criança e do Adolescente que tome medidas necessárias a não expor crianças a conteúdo inapropriado, devido a um prazo solicitado 20 de abril, a Secretaria Executiva já havia minutado uma recomendação Legal, que resguardam o público infantojuvenil, a Promotoria da Infância e da Juventude para sua proteção, bastando então a sua efetividade, após análise a Minuta foi aprovada por esta CPP; 7) Solicitação de pauta do *Instituto Bem Cuidar - Aldeias Infantis SOS, para essa Assembleia, solicitação de pauta do Programa Inspire Coalisão, e para a próxima Assembleia as propostas de apresentação do Instituto Bem Cuidar - Aldeias Infantis SOS, e o Programa Inspire pela Coalisão, pelo fim da violência contra crianças e adolescentes analisados os ofícios, entraram em sua respectiva pauta para a apresentação ao Conselho; 8) Encontro com os Conselhos Estaduais sobre o serviço de acolhimento em família acolhedora; 9) Para o encontro do serviço, lembra que a Secretaria Nacional de Assistência Social, trata do mesmo tema e apresenta uma proposta de unificação do evento, a Sra. Débora reformulou o planejamento em maior profundidade para o dia 26 de junho; 10) O ofício da socioeducação, da coalizão pela Sócio Educação informou que a data para o evento ainda não está definida, inicialmente, pensou-se última semana de junho, de que seria remoto, transmitir pelo YouTube, a CPP já deliberou um encontro em conjunto com o CONANDA, o CNAS, juntamente com os conselhos Estaduais de direitos da criança e do adolescente e as gestões Estaduais que estão envolvidas no eixo de gestão, em parceria com SNAS e que resultaria em um evento*



abrangente, que poderia ajudar na articulação regional e local dos dois Conselhos, assim como das gestões Estaduais, com o tema central do evento a apresentação das Políticas Públicas e a sensibilização dos conselhos e gestores em relação à ampliação dessa política no Brasil. Mencionou que independentemente do CNAS participar já está confirmada a participação do CONANDA e da SNAS, como realizadora desse evento. Continuou que o Office da Socioeducação pela coalizão, a Conselheira Débora apontou que o Office tem um aspecto muito amplo e também deve ser avaliado pela comissão de Direitos Humanos e ação parlamentar. Os Encaminhamentos: 1) responder a solicitação da WIN com um pedido com mais informações sobre a construção da cartilha, organização das reuniões e frequência; 2) sugerir o documento com recomendação conjunta, da Minuta ao CNAS; 3) compartilhar a Minuta de Resolução com atores específicos ao Enfrentamento ao Trabalho Infantil, Auditores Fiscais, Ministérios do trabalho, com a Ana Maria Vila Real como Procuradora, Roberto Padilha, Catherine do FNPET e Marta Volpi pela Fundação Abrinq; 4) Minuta de Office aos Órgãos envolvidos, que já foi feita e encaminhada da Secretaria Executiva; 5) Indicação da Conselheira Débora; 6) Solicitar ao Gabinete da Secretaria que encaminhe a resposta também ao Deputado Estadual; 7) Proposta de apresentação do Instituto Bem cuidar, para a próxima Assembleia em junho; 8) Proposta de apresentação do Programa Inspire pela Coalizão, pelo fim da violência contra crianças e adolescentes, também para a 315ª Assembleia em junho; 9) Incluir o CNAS e a SNAS para o encontro com os CDCAs, distribuição do guia da família acolhedora proposta para a semana do 26 de junho a princípio; 10) encaminhar para CNDHP contribuir na resposta para a coalizão pela Sócio Educação. A Sra. Marta Volpi solicitou a inclusão do trabalho educativo relacionado a PL para contextualizar. A Sra. Marina de Pol explicou que a Minuta da Resolução foi apresentada para avaliação sobre o trabalho infantil, e observou algumas sugestões da equipe técnica do MDS e considerou o prazo muito curto para realizar uma análise completa e passar pelas Comissões. Sugeriu que na Assembleia do próximo mês também se trabalhe o tema da Erradicação do Trabalho Infantil, e informou que foi proposto à equipe técnica da Secretaria que incorporasse as sugestões antes de passar pela revisão das comissões, a fim de que todos pudessem analisar e na próxima Assembleia, possam apreciar e aprovar a Resolução. O Sr. Eloi Gallon observou que existem oportunidades de aprendizagem profissional disponíveis em relação ao trabalho infantil. Mencionou que algumas empresas não conseguem atender a essa demanda devido à falta de vagas em escolas ou instituições que ofereçam formação profissional. Ressaltou o potencial significativo da escola família agrícola em termos de aprendizagem profissional e sugeriu discutir esse assunto em uma próxima reunião da Comissão. Acreditou que essa abordagem poderia trazer benefícios para os adolescentes que vivem em áreas rurais. O Sr. Edmundo informou que durante a reunião da Mesa Diretora, foi discutida a questão do combate ao trabalho infantil e propôs a ideia de promover um debate sobre a situação do trabalho infantil no Brasil e sugeriu convidar o Sr. Lacerda, especialista em questões relacionadas ao trabalho infantil e adolescentes, como conferencista do evento. A Sra. Ana Cláudia mencionou um comunicado sobre a publicação de uma carta do Ministro Silvio Almeida, que trata da parceria Global pelo fim da violência contra crianças e adolescentes, onde a carta reafirma o compromisso do Ministério em alcançar a meta global de eliminar todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes, com especial atenção para aqueles que sofrem com violências raciais, indígenas, quilombolas e crianças com deficiência. Destacou que essa iniciativa coloca o Brasil em destaque no cenário Internacional como um país preocupado em prevenir a violência contra crianças e adolescentes. Informou que compartilharia a carta com todos os membros do grupo posteriormente e mencionou as estratégias da coalizão brasileira da violência para prevenir essas violências. A Sra. Deise levantou preocupação com relação ao tempo e solicitou que o CONANDA envie rapidamente ofícios para garantir a participação dos Conselhos Estaduais no evento mencionado. Ressaltou a importância desse evento, destacando que o prazo é curto, considerando que ocorrerá no mês de junho, e que se trata de uma coalizão significativa. Enfatizou a necessidade de garantir que os ofícios sejam entregues a tempo, permitindo que os convidados participem no dia determinado. A Sra. Débora de Carvalho informou que o encontro será realizado virtualmente, com a presença dos Conselhos Estaduais e das Gestões Estaduais na plataforma Teams e que transmissão do evento será feita pelo YouTube, possibilitando que os Conselhos Municipais e as Gestões Municipais também tenham acesso e participem do encontro. O Sr. Antônio Lacerda abordou a questão das empresas de médio porte que são obrigadas a cumprir uma cota de contratação de jovens aprendizes pelo programa Jovem Aprendiz. No entanto, surgem dificuldades quando se trata de adolescentes que vivem no campo, pois as vagas geralmente são preenchidas por jovens urbanos e também relacionada aos projetos de desenvolvimento no campo. O Sr. Antônio Lacerda mencionou que, embora as empresas tenham a intenção de cumprir a cota, nem sempre precisam de jovens aprendizes naquele momento específico. Destacou uma solução que seria permitir que esses jovens realizassem sua formação em uma escola família agrícola. No entanto, as empresas muitas vezes não têm Recursos financeiros para arcar com essa formação. Mencionou que após uma reunião no MDA, ficou decidido que um grupo de trabalho seria criado com a participação do Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e do CONANDA, com o objetivo de lidar com a questão dos jovens do campo a realizar o trabalho de formação nas escolas família agrícola e nas casas familiares rurais.

A Sra. Ana Cláudia informou que o Instituto Alana, em conjunto com a coalizão brasileira pelo fim da violência, o Pacto Global das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e empresas e o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, assinaram um protocolo de intenções no dia Nacional de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para fortalecer o envolvimento das empresas na adoção de medidas efetivas e promover os direitos das crianças e adolescentes, garantindo o compromisso do setor empresarial com a prioridade absoluta dos Direitos das Crianças e Adolescentes, conforme estabelecido no artigo 227 da Constituição. A Sra. Ana Cláudia ressaltou que o protocolo de intenções prevê a realização de reuniões com especialistas para a construção de um plano de ação e de atividades relacionadas a esse projeto e que serão baseadas na Resolução 215 do CONANDA, solicitando a colaboração do CONANDA para o estabelecimento dessas atividades, a fim de desenvolver ações efetivas de combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, com a participação ativa do setor empresarial. A Sra. Mayara de Souza destacou que a coordenação conseguiu organizar a primeira ação, que consiste na realização de encontros regionais para discutir o Sistema Socioeducativo em conjunto com a Rede Socioeducativa. Informou que serão cinco encontros, um para cada região do país e que o convite oral foi feito ao CONANDA, e posteriormente será formalizado junto à Secretaria Executiva. Observou que o cronograma para os encontros está apertado, sendo o primeiro encontro planejado para os dias 30 e 31 de maio na região sul, seguido pela região sudeste em junho, norte em agosto, nordeste em setembro e centro-oeste em outubro e novembro terá uma nova programação. A Sra. Marina de Pol registrou os seguintes encaminhamentos: sugestão de inclusão no texto da relatoria que já foi organizado; solicitação da secretaria executiva para que a data do encontro das famílias acolhedoras fosse definida com uma certa urgência; sugestão em envolver o CONANDA no GT, que tá sendo composto sobre o trabalho infantil no campo, convidar a Secretária Executivo do Fórum Nacional de Educação Trabalho Infantil para discutir e sobre encaminhamento do GT e sugeriu que seja na

próxima reunião da comissão da CPP; sugestão de que o GT trate sobre a violência nas escolas, abordando a questão que envolve os professores e toda a comunidade escolar. O Sr. Beto explicou que a greve é um direito garantido a todos os trabalhadores e que há motivos para realizar essas manifestações, eu que não se restringe apenas ao caso recente ocorrido no Rio de Janeiro. Destacou que a intenção é abordar o tema das más condições de trabalho, salários e outros aspectos de forma mais ampla, e observou que será discutido esse assunto em outra comissão ou conselho, considerando não apenas as grandes cidades, mas também as cidades de médio e pequeno porte, onde muitas vezes ocorrem situações semelhantes que não chegam sequer à imprensa. A Sra. Marina de Pol Poniwas considerou todos os encaminhamentos e não havendo mais inscritos avançou para a aprovação da Relatoria da CPP e colocou em regime de votação e assim ficou aprovado a Relatoria. Dando sequência a pauta, avançou para a Relatoria da Comissão Permanente de Mobilização e Formação – CMF. A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira informou que ocorreram duas reuniões, uma 17 de abril e outra em 3 de maio, abordando diversos pontos relacionados ao Conselho de Participação de Adolescentes (CPA) e foram discutidos temas como o papel dos Conselheiros que acompanham o CPA, a formação dos adolescentes, a coletividade dentro do grupo do CPA, a participação nas assembleias do CONANDA, a disponibilidade de materiais de apoio e equipamentos, a necessidade de uma plataforma digital para facilitar o diálogo entre os adolescentes do CPA e de todo o país, e a participação dos suplentes adolescentes. Mencionou que essas colocações foram reivindicações do CPA com o objetivo de melhorar sua participação nas reuniões, garantir a participação dos suplentes e continuar apoiando o CPA por mais tempo. Observou que foi solicitado apoio para garantir um acesso melhor ao CPA e também a institucionalização, de modo a torná-lo uma parte efetiva do CONANDA e permitir sua participação ativa e ampliação com institucionalidade. Outro ponto discutido foi a organização da comissão para a conferência, com a tarefa de planejar e pensar nas atividades relacionadas ao dia 13 de julho, que marca os 33 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mencionou que foi proposto realizar um ato técnico ou político em conjunto com as eleições dos Conselhos Tutelares, buscando fortalecer o diálogo em torno do ECA durante a comemoração do aniversário e promover maior participação dos adolescentes. A Sra. Amanda Anderson sugeriu fazer uma nova apresentação do ECA aos Deputados. A Sra. Maria Luiza informou que na reunião, abordaram sobre a avaliação dos Adolescentes na Comissão, no sentido da acolhida da troca de aprendizagem, de reconhecimento do CPA com relação ao colegiado e também o CPA trouxe a necessidade de ter uma pauta própria, de temática para apresentar no Plenário e discutir, e ter participação ativa como vem acontecendo. Reivindicou também que nesse encontro tivesse outros adolescentes e colocaram a questão de ter CPA nos lugares onde ainda não tem e solicitou ao CONANDA ajudar a colocar dentro dos Conselhos Estaduais a importância do CPA e assim iniciar o processo do encontro, com urgência para fazer essas atividades. O Sr. Elói Gallon mencionou a urgência do Ofício e a importância de definir isso na próxima Assembleia. Reconheceu que deve uma Minuta de Resolução para a implementação e implantação dos CPAs e assumiu o compromisso de buscar rapidamente essa Resolução, como Coordenador da Comissão, apresentando uma proposta na próxima Assembleia e avançando nesse sentido. A Sra. Maria Luiza indicou definir a participação de membros da Comissão para compor o Fórum Nacional PET de Erradicação ao Trabalho Infantil. Mencionou a Sra. Socorro e o Sr. Sérgio como candidatos e destacou o evento do dia 18 de maio, que está em andamento na pauta e informou que a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual será instituída e anunciada. A Sra. Bel mencionou a Resolução 199 e lembrou que na Assembleia de março foi aprovada e dado um prazo para os Conselheiros contribuírem com sugestões para aprimorá-la e que a expectativa é de que na próxima reunião da CMF, o texto com essas contribuições esteja disponível para ser trazido ao Plenário e finalizado na Assembleia de junho. A Sra. Tatiana lembrou sobre a proposta da Sessão Solene e ressaltou a importância de os meninos estarem presentes no Plenário principal. O Sr. Paulo Thadeu expressou preocupação em relação à participação dos adolescentes no CPA e ao acúmulo de tarefas que eles estão assumindo, dentro de suas limitações e como professor, destacou que os adolescentes estão assumindo diversos cargos dentro do sistema e outras atividades relacionadas e levantou a questão de como isso pode impactar negativamente os adolescentes. O Sr. Edmundo abordou a questão da regulação do CPA e mencionou que o CPA já está regulamentado no Regimento Interno e sugeriu que talvez seja o momento de o CONANDA revisar a Lei e incluir outras formas de regulamentação. A Sra. Marina de Pol Poniwas registrou os encaminhamentos da reunião, onde a CMF apresentará uma proposta de plano de trabalho, para a comemoração dos 33 anos do ECA no dia 13 de julho, que será apresentada na próxima Assembleia com urgência. Referiu a necessidade de solicitar o espaço do Planalto e da Câmara, devido aos prazos. Citou que o CPA solicitou a oportunidade de abordar alguns assuntos durante a Assembleia do CONANDA e sugeriu que organize uma apresentação e debate e registrou que a Comissão fechará as contribuições para a Minuta de Resolução 199 e que será apresentada na próxima Assembleia. O adolescente Nikollas Kauã compreendeu a preocupação do professor em relação à sobrecarga dos adolescentes. destacou que o CPA é um grupo coletivo e democrático e que eles estão cientes da responsabilidade e dos limites dos adolescentes e que estão em processo de aprendizado. A Sra. Marina de Pol Poniwas considerou todos os encaminhamentos e não havendo mais inscritos avançou para regime de votação da aprovação da Relatoria da CMF e do conjunto de encaminhamentos elucidados e assim ficou aprovado a Relatoria e imediatamente passou para a próximo item de pauta com a Relatoria da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças – COF. Com a saída da relatora Ana Paula o Sr. Edmundo se prontificou a fazer a Relatoria e o Sr. Edmundo iniciou mencionando que a Comissão se reuniu no dia 8 na Reunião da Comissão composta por Evelyn Gonçalves, Marcos Soares, Antônio Lacerda e do CPA Elizabeth Paola e Danilo e Amanda esteve na reunião. Informou que o tema foi o Plano de Aplicação de 2023 e que foi feito o Relato da 312ª Reunião na qual foi apresentado a relatoria da COF, elaborado a partir das propostas enviadas pelas demais Comissões Permanentes. Mencionou que foi relatado o desmembramento da proposta de pesquisa sobre a população de rua e LGBT+ apresentado pela CPP. Destacou que o presidente do CONANDA rebateu o posicionamento da COF gerando desconforto entre os Conselheiros de que a proposta e tais atitudes sejam evitadas no futuro pelo rito do colegiado. Destacou que a COF e o Plenário reafirmaram a importância do tema e criou nova linha para pesquisa para LGBT+ mantendo o valor de R\$ 600 mil a partir de recomposição no valor da escola de Conselhos, que posteriormente será recomposto com identificação de valor alocado em PRODOC e que não foram utilizados, mas mesmo assim foi criado um constrangimento com a COF. Observou que o Professor Marquinhos sugeriu que alguém da Secretaria Nacional deveria entrar em contato com a representação do comitê para que que explique exatamente o que aconteceu, e fique registrado que a COF e o CONANDA em nenhum momento foi homofóbico ou considerou que LGBT não era um tema importante. Confirmou que a conselheira Amanda fez a sua apresentação como Membro do Conselho, que é advogada e uma das precursoras das questões de LGBT no Brasil. Informou que o Projeto de Lei que hoje transmitam na Câmara sobre a população LGBT são de sua autoria. Informou que LGBT não tem o Igbtqia+ conforme a conferência de 2016 e em respeito à última Conferência Nacional de 2016, e que depois da nova conferência será definida se vai realmente entrar a terminologia QIA+. Ressaltou que após a discussão foi apresentado pela secretaria executiva do CONANDA a planilha do Plano de Aplicação

aprovado pelo Plenário, que será enviado para Secretaria Nacional para as devidas providências, foi verificado todos os itens e sugerido o envio da planilha para que os técnicos da secretaria Nacional avaliem as formas de execução dos Recursos do fundo e estabeleçam descritivo para as ações do edital. Pontuou os itens de pauta para a próxima reunião: convidar o Conselheiro o Vitor para participar da Assembleia, que é especialista na área de captação de Recurso; indicação dos membros para a comissão de seleção de projetos; Verificar a possibilidade de receber os notebooks CPA através de doação da Receita Federal; PL sobre dedução para quem realiza a declaração simplificada e acompanhar o PL 10.433 que resolve a questão da pendência de indicação de Recursos, informou que já tem relator a comissão de Finanças do Senado, que já deu parecer favorável. O Sr. Edmundo apresentou a planilha orçamentária, que basicamente é a mesma planilha já apresentada e aprovada desde a primeira reunião, com aprovação nas questões dos computadores, da Conferência e do pacote de internet. A Sra. Débora de Carvalho questionou aos especialistas se o Recurso PRODOC que está no organismo Internacional, retorna para o fundo, e como esse Recurso de PRODOC vai recompor a linha de escolas de Conselho. O Sr. Edmundo respondeu que o Recurso não volta e que fara um jeito de acontecer. Registrou a essa nova gestão, aos Conselheiros, que no plano de aplicação do ano passado 2022 deliberou o Recurso de inicialmente 2,9 milhões, mas depois ele teve um acréscimo de 300 mil e ficou 3,2 milhões para ações do Plano Nacional da convivência familiar e Comunitária de acordo com o artigo 260 do ECA. Informou que, deliberou em Assembleia que esses Recursos seriam executados num PRODOC específico da convivência familiar e comunitária. Completou que ao longo do ano, sem conhecimento do Pleno e dos Conselheiros foi deliberado esse Recurso de 3,2 milhões do Plano Nacional da Convivência Familiar a outro produto da Secretaria Nacional de Enfrentamento as Violências, destacou que os Conselheiros não foram consultados, e que a Secretaria está articulando para executar esse Recurso, ainda esse ano, nessas duas situações de violência e também da convivência familiar e Comunitária. O Sr. Assis mencionou que está acompanhando a COF nas reuniões passadas e também da CPP, lembrou de algumas as prioridades máximas, como a Conferência e o CPA e prioridades secundárias que seria o Plano Decenal e a Escola de Conselho. Corroborou que na reunião passada as outras áreas teriam corte e depois foi feito uma discussão durante a assembleia sobre a necessidade de se ter um diagnóstico para a população *LGBTQI+*, presente na planilha de aplicação e que não foi contemplada naquele momento, mas que agora tem Recurso para isso. Apontou que a escola de Conselho é uma prioridade nas cinco regiões do Brasil, como sendo o primeiro movimento de retomada do processo de implantação da escola de conselhos que já ocorreram no Brasil; o segundo ponto é esse movimento de retirar Recurso de uma área e demandar com que a secretaria possa recompor esse Recurso, alertou que precisa ter cuidado para adiante não gerar um volume de recomposições, inclusive de ingerências que possam gerar algum tipo de conflito. Sugeriu uma proposta que para recompor se faça de maneira paritária, da escola de conselho e o fortalecimento da Democracia participativa, retirar de cada um 200 mil e possa fazer uma redução mínima, e conseguir evitar que haja um prejuízo. A Sra. Marta Volpi reforço sobre movimentar o PL 10.433 e sugeriu pedir uma reunião com o Senador Plínio Valério, que é o atual relator deste PL na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, dar como prioridade pelo fato de que tivesse uma redução na doação para os Fundos, por conta de o impedimento do doação ser direcionada. Informou que tramita na Câmara um outro PL, com o mesmo tema, mas de conteúdo distinto 1.598/ 2020 e está na comissão de defesa dos direitos da pessoa idosa e foi devolvido pelo relator, sem manifestação. Destacou resgatar e continuar pedindo pela rápida tramitação. Deixou claro a respeito da questão de sobrecarga dos Adolescentes, pelo contrário cada um sabe seu limite, a minha preocupação é de como está sendo feito o processo de organização dos CPAs. Informou a quantidade de Municípios que deixaram de organizar o CPA para se dedicar ao seu Unicef para organizar o Núcleo de Cidadania de Adolescentes - NUCA e questionou a prioridade CPA ou NUCA. A Sra. Amanda Anderson pontuou a questão do LGBT que isso foi definido em 2016 pela 2ª Conferência Nacional LGBT Brasileira, e por convenção dos movimentos sociais o Governo Federal adotamos o LGBTQI+. Lembrou dos povos tradicionais e povos ciganos porque são crianças, muito afetadas na questão da educação por causa da questão transitória da falta de convivência familiar. Observou pontuar no relatório da COF justamente por quê crianças LGBTI são expulsas ainda menores e são privados da educação, do convívio familiar, são jogadas na rua. A Sra. Laurence Alves abordou a questão da execução e mencionou que tem 15 milhões para executar, lembrando que 900 e poucos mil não poderá ser usado porque é para custeio. Solicitou um levantamento em relação ao PRODOC e todos os valores que era do fundo, que foi colocado dentro do PRODOC e foi pedido também as propostas de Edital para encaminhar. E aconselhou fazer encaminhamento justo nessas divisões das necessidades, observou que é um Recurso importante e com o tempo justo para executar. O Sr. João Vitor comentou sobre uma Ementa de redação e sugeriu que nas reuniões que o CONANDA irá agendar entrar nesse detalhe da Ementa. Informou que oficiou ao CONANDA, aos cuidados da Comissão de Finanças uma situação que ocorreu no fundo Estadual de São Paulo, na arrecadação e leu rapidamente o texto. Em documento da Receita Federal existem situações para destinadores pessoas físicas e jurídicas (doações sejam feitas até o último dia útil na área fiscal), ocorre que a partir da nova modalidade fiscal o PIX, acabou com essa situação, então efetivamente o que aconteceu em São Paulo é que alguns destinadores é pessoa física e por não ter o recibo do Conselho Estadual efetuar a destinação, mandaram para a Receita Federal caindo na malha fina. Pediu via e-mail ao Conselho que venha solicitar as conversas necessárias com a Receita Federal para dirimir essa situação sem prejuízo futuros aos fundos da criança e adolescente do nosso Brasil. E buscar uma solução desse Conselho com a Receita Federal em verificar como que faz com o contribuinte que quer doar via PIX no dia 31. O Sr. Eloi mencionou que que é necessário fazer no CONANDA ou em qualquer espaço de diferentes áreas de atuação e fazer o exercício da Solidariedade e que toda as reivindicações e é importante e deve ser respeitado, e olhar para aquelas áreas que estão sempre excluídas dos orçamentos e dos debates e chamar atenção para o exercício da Solidariedade e comprometer Estado e Municípios para que consiga garantir os direitos mínimos. O Sr. Edmundo considerou que há muitas propostas e muitas ações e pouco dinheiro, e o papel como Comissão é tentar acomodar todas as propostas. Observou que tudo é prioritário e que a questão da Democracia está em risco, reafirmou a necessidade da transversalidade das ações desse Conselho para com as Políticas e as propostas da República e da Democracia e destacou que manter a Democracia nesse momento é manter o CONANDA. Afirmou que o orçamento será mantido e esclareceu que é possível remanejar Recurso. Informou que o Recurso do PRODOC e do fundo é do CONANDA. Solicitou que a Secretaria apresente os valores que estão em PRODOC e que a COF pretende trazer para o Conselho o monitoramento de todos os PRODOC, e destacou que todos podem participar e sugerir. A Sra. Marina de Pol após encerradas as inscrições, imediatamente registrou os encaminhamentos: encaminhar um ofício com uma solicitação de reunião com Senador Plínio Valério; que o CONANDA atenda a Deliberação da Convenção Nacional utilizando em seus documentos e em suas falas o termo LGBTQI+, como um compromisso ético, político deste Conselho; agendar uma reunião e diálogo com a Receita Federal sobre o PIX, como uma modalidade de contribuir com o Fundo; registrar a manifestação de repúdio que foram realizados pelos Conselheiros Fred e Conselheira Débora, com relação a essa questão da forma como foi lidado o Fundo na gestão anterior; definir com relação a proposta do Assis, sobre alocar esses

Recursos de forma paritária para a realização da pesquisa LGBTI+ e com relação à proposta da Comissão da COF de que seja retirado da Escola de conselhos e fosse destinado para pesquisa e depois com PRODOC, reorganizar a composição. O Sr. Edmundo reforçou que tem Recursos de projetos que não foram executados e entendeu que não existe nenhuma proposta de projetos que são prioritários. A Sra. Deise preocupou-se com a questão do PRODOC e que qualquer acordo feito entre CONANDA e Secretaria deve passar por Assembleia, entendeu que o CONANDA tem a responsabilidade de saber e de respeitar as próprias decisões e quando tiver que fazer remanejamento dentro de um plano de ação, garantir o trabalho proposto pelas Comissões a COF, possa ser realizado. E solicitou do CONANDA clareza, transparência da mesa, em julgar o que é competência e o que é prioridade do CONANDA e que isso é uma decisão do coletivo. A Sra. Marina de Pol Poniwas sugeriu como encaminhamento, o Conselheiro Fred e a Conselheira Débora, minutar um Ofício a ser encaminhado ao Ministério Público, solicitando a apuração dessa situação, com relação aos Recursos da gestão anterior, englobando todas as questões levantadas e que tragam a Minuta para aprovação, na próxima Assembleia. E prosseguiu assim, para aprovação do Relatório da COF, que propõe retirar o valor de 500 mil da Escolas de Conselho e alocar esse valor para realização da Pesquisa LGBTI+, como proposição que foi discutida na comissão, entendendo que o Governo retirou a divergência. Tudo isso na sua proposta aqui vamos entrar em regime de votação quem aprova a relatoria apresentada pela Copa por favor Conselheiros do Conselheiro articulares se manifesta e não concorda quem sabe se tem aprovado por favor. Considerou a relatoria apresentada pela COF, e colocou em regime de votação a aprovação da Relatoria da COF e ficou aprovado assim a Relatoria e imediatamente passou para a próximo item de pauta a Relatoria da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP. O Sr. Fred informou que tem 5 Projetos de Pauta que precisam se posicionar: 1) projeto da Lei Fake News, 2) das Instituições Comunitárias 3) Ensino domiciliar 4) Escola sem Partido e 5) Competência do CONANDA. Que todas as Delegações das Comissões fizeram o seu Relatório e o resultado de todos eles é que o CONANDA teve incidência junto ao Congresso Nacional, a fim de levar o Posicionamento e abordou outro aspecto que foi com relação ao uso obrigatório de câmaras corporais por policiais militares que foi trazido pela Karina do CPA, como forma de criação de um Comitê contra homicídios, como forma de diminuir os índices de letalidade contra os jovens negros e periférica. Mencionou criar um grupo de trabalho, para fazer uma análise, pedindo a revogação imediata do Decreto 10.055, sobre a privatização do Sistema Sócio Educativo e fortalecimento do SINASE. Informou sobre discussão da necessidade do CONADA, se posicionar sobre a incidência na elaboração da LDO, e também nos qualificar para a incidência na questão do PPA Participativo. Sugeriu fazer o quanto antes uma nova Assembleia, com um debate sobre a forma de incidência na LDO, Lei Orçamentária e PPA. Destacou a questão de que ficaram alguns pontos do Planejamento Estratégicos inconclusos e sugeriu fazer uma Reunião Extraordinária da Comissão, para que se faça um debate. Completou que perdeu a incidência sobre a LDO e que está aberto para Emendas de aprimoramento do orçamento para as crianças e adolescentes na LDO, em segundo lugar proposta de linhas prioritárias de ação para essas incidências no PPA, mencionou uma proposta de reunião conjunta com as duas comissões CO E CPP, para traçar prioridades. A Sra. Marta da Fundação Abrinq solicitou esclarecimento da Sra. Laurence sobre a manifestação do PL 168, e qual foi o encaminhamento dado. A Sra. Marina de Pol respondeu que foi aprovado pela Mesa Diretora e encaminhado. O Sr. Jonathan Galvão reforçou o pedido da Reunião Extraordinária e da necessidade de fazer o Planejamento da Comissão e que precisa ser provar aprovada nessa reunião. A Sra. Marina de Pol considerou os encaminhamentos: aprovar a Relatoria da Comissão e o pedido de Reunião Extraordinária, que irá tratar do planejamento e a outra Reunião Conjunta, que irá tratar da sugestão de emendas para LDO e sobre a incidência no PPA estabelecendo prioridades, a ser realizada com a CPP e a COF, e não havendo mais inscritos avançou para regime de votação da aprovação da Relatoria e dos encaminhamentos elucidados e assim ficou aprovado e imediatamente passou para o último item de pauta com a Relatoria da Comissão da Comissão Organizadora da 12ª CNDCA. A Sra. Teresa Santos registrou que no dia 10 de maio a Comissão se reuniu com o intuito de dar sequência ao planejamento da conferência que acontecerá no período de 7 A 9 de novembro, presencial com o Campo temático a situação dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em tempo de pandemia da Covid 19, violações e vulnerabilidades, ações necessárias para a reparação e garantia de Políticas de Proteção Integral com respeito a diversidade. Informou que na reunião a Secretaria Executiva do Conselho Nacional achou necessário fazer uma revisão do documento básico, para atualizar tanto o documento base da Conferência quanto o documento orientador. Mencionou que a Comissão Organizadora Nacional, requer a integração e a participação de novos membros, em especial de Conselheiros Governamentais, com a participação de mais quatro Conselheiros e Conselheiras com dois em cada subcomissão: nas subcomissões de metodologia logística, subcomissão de comunicação articulação e mobilização. Observou os Membros da Sociedade Civil, já está fechada a sua composição. Informou que existe uma expectativa de tentar conseguir a contratação do espaço por inexigibilidade. Salientou previsão de encerramento da revisão e de publicação do termo de referência no final do mês se finaliza a revisão do documento do termo de referência e que está sendo alinhado e ajustados esses documentos, para que se consiga correr no mês de julho e com a previsão de que em agosto já estejam sendo assinados os contratos e destacou que no que diz respeito a logística do evento o outro processo de contratação segue em Processo licitatório, por conta de já existe uma Ata aqui do MDHC. Assim dia 31 de agosto será o Marco de finalização do processo de organização, para que as alegações participantes possam apontar com essa participação das Delegações dos Estado e do DF, a participação de equipes da FLACSO, a partir da Carta Acordo para dar suporte a organização, na expectativa de que em primeiro de setembro, já se inicia o processo de emissão das passagens pelos Estados considerando de que em agosto finalizem as etapas Estaduais das Conferências e na previsibilidade de tentar diminuir o custo. Destacou que a Comissão de Infraestrutura em setembro deverá ser acionada a participar de uma reunião específica como os fornecedores, com as vistorias dos espaços em conjunto de todos os Conselhos e ajustar qualquer tipo de modificação ou alteração necessária, na expectativa de montagem no dia 6 de novembro e após a Conferência realizada a Comissão continuará trabalhando nessas ações de modo temporário e se estende até 15 de dezembro, de modo a participar da prestação de conta dos fornecedores e do fechamento do relatório final. Registrou um terceiro ponto de pauta da reunião da Comissão que foi a realização de uma Oficina, no dia 25 pela manhã com a participação da Sociedade Civil, provocada pela Presidência da República, pela Diretoria de Educação Popular da Presidência, no sentido de qualificar a participação dos Conselheiros e Conselheiras em todas as Conferências que vão acontecer no âmbito da Presidência, dos Ministérios diversos e que se tenha uma dimensão formativa assegurada. A Sra. Laurence Alves abordou a questão da INFRA, e informou que a subcomissão da Infra vai precisar trabalhar diretamente ainda esse mês, trabalhando no Termo de Referência, na DBF que é a solicitação de demanda. Destacou que conseguiu trazer o Ministério para assumir essa agenda. Confirmou passar a planilha para a Comissão da INFRA, verificar se está faltando alguma coisa e até o dia 31 do mês de maio, deve estar praticamente fechando essa questão do termo de referência. Informou já está com uma consulta pública do espaço com uma proposta do CICB, e após fechar o local, propôs aos Conselheiros fazer uma visita com toda a Comissão, em um momento oportuno. O Sr. Beto abordou a questão da

acessibilidade desse parâmetro geral, dadas as especificidades das participações, étnica, religiosa, territorial, mas também resguardando a participação das pessoas com as especificidades, das diversas deficiências. A Sra. Marina de Pol não havendo mais inscrito, considerou os encaminhamentos: registrou que no relatório da comissão, adicione a proposta dos Sr. Beto, com relação a acessibilidade. Observou ter uma tarefa da Comissão de composição das subcomissões, da Sociedade Civil e do Governo, com os nomes das indicações dos Membros, incluídos na Comissão e sugeriu discutir dentro da reunião de cada Comissão, o que foi encaminhado e na próxima reunião da Comissão, que seja de forma conjunta, com a Comissão e os Representantes das Subcomissões, a fim de fazer um planejamento. E com todos os encaminhamentos elucidados, avançou para a aprovação Relatoria da Comissão da Comissão Organizadora da 12ª CNDCA e colocou em regime de votação, ficando aprovada. A Sra. Laurenice Alves apontou como informe a prestação de contas, e informou que já enviou e aguarda resposta da convocação para a próxima Assembleia no mês de junho, por questão dos prazos de passagens e informou sobre acesso a Cerimônia no Planalto. O Sr. Edmundo registrou os nomes para a Comissão CPP (Conselheira Deise), COF (Conselheiro Edmundo), CMF (Conselheiro Eloi) e CDHAP (não definido). A Sra. Marina de Pol Poniwas concluiu que se converse pelo grupo e que todos participem da Cerimônia no Planalto, agradeceu a todos e assim, diante de todo exposto declarou encerrada a 314ª Assembleia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

*os termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata*

LAURENICE ALVES DE CASTRO

Secretária Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente



Documento assinado eletronicamente por **Laurenice Alves de Castro, Secretario(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 26/06/2023, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3645121** e o código CRC **1167449B**.